Sumário

1. ENSAIO SOBRE A MULTIPOLARIDADE E O POLICENTRISMO: PROJEÇÃO AOS CONFLITOS INTERNOS DO INVENTÁRIO CAUSA MORTIS 27
   1. Foco do estudo 28
   2. Noções básicas sobre multipolaridade e policentrismo...
      2.1. Multipolaridade 29
      2.2. Policentrismo 34
      2.3. Breve esquadrô entre multipolaridade e policentrismo 43
   3. Noções básicas sobre sucessão e o inventário causa mortis 46
   4. As posições jurídicas assumidas no inventário sucessório 54
   5. Fechamento 57
   6. Referências 60

2. OS PRAZOS PARA INSTAURAÇÃO E ENCERRAMENTO DO INVENTÁRIO SUCESSÓRIO: PONTOS OBRIGATÓRIOS E NERVOSOS SOBRE O TEMA 63
   1. Introdução 63
   2. O art. 611 do CPC como núcleo da análise 64
   3. Antinomia (parcial) com o art. 1.796 do CC 66
   4. Obrigatoriedade do inventário causa mortis 67
5. Contagem do prazo de instauração ........................................ 75
6. Instauração do inventário *causa mortis* e a presença de testamento ................................................................. 77
7. A não instauração no prazo legal e as suas possíveis conseqüências .............................................................. 79
8. Marco para o início da contagem do prazo para encerramento ........................................................................ 84
9. As opções adotadas no CPC sobre prazos e o seu impacto na parte final do art. 611 (Prazo de encerramento do inventário) ................................................................. 85
10. Prorrogação do prazo para encerramento do inventário . 89
11. Sanção pelo não cumprimento do prazo de encerramento .................................................................................. 90
12. Da importância da parte final do art. 611 como a bússola de referência temporal do inventário *causa mortis* ....... 91
13. Da imperiosa necessidade de organização e “calendarização” dos atos processuais .............................................. 94
14. Breve fechamento ................................................................................................................................. 97
15. Referências bibliográficas ................................................................. 98

3. **NOTAS SOBRE A LITISPENDÊNCIA NO INVENTÁRIO ** *CAUSA MORTIS* ........................................................................ 101
   1. Litispendência no processo de inventário. Reunião das demandas ................................................................. 101
   2. A instauração de mais de um inventário em foros diversos ........................................................................ 109
   3. “Litispendência” entre inventários judicial e extrajudicial .................................................................................. 114
   4. Art. 616: Rol taxativo que se submete ao *acoplamento por atração* e a interpretação extensiva............... 114
   5. Referências ................................................................................................................................................. 120

4. **CUMULAÇÃO DE INVENTÁRIOS DE PESSOAS DIVERSAS** .............................................................................. 123
SUMÁRIO

1. Noções gerais sobre a cumulação de inventários
2. Da não obrigatoriedade da regra de cumulação
3. Da possibilidade de cumulação de mais de dois inventários
4. Da aplicabilidade aos inventários extrajudiciais
5. Hipóteses de cumulação de inventários
   5.1. Identidade de pessoas entre as quais devam ser repartidos os bens
   5.2. Heranças deixadas pelos dois cônjuges ou companheiros
   5.3. Dependência de uma das partilhas em relação à outra
6. Breve fechamento
7. Referências bibliográficas

5. INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL E A EXISTÊNCIA DE TESTAMENTO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS DISCIPLINAS INTERNAS DAS CORREGEDORIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA BRASILEIROS

1. Introdução
2. Breve incursão histórica do procedimento de inventário e partilha no ordenamento jurídico brasileiro
   2.1. O procedimento do inventário e partilha antes do Código de Processo Civil de 1939
   2.2. A unificação judicializante do regime de instauração de inventário e partilha promovida pelo Código de Processo Civil de 1939 e a sua manutenção no Código de Processo Civil de 1973 e no Código Civil de 2002
   2.3. A Lei 11.441/2007 e o retorno da modalidade extrajudicial de inventário e partilha ao Ordenamento Jurídico pátrio
3. Uma proposta de classificação dos testamentos quanto à aptidão para a produção de efeitos jurídicos
4. Cenário atual do inventário extrajudicial quando da existência de testamento: as diferentes disciplinas das corregedorias gerais dos tribunais de justiça das unidades federativas brasileiras ................................................................. 166
5. Considerações finais ................................................................. 179
6. Referências bibliográficas........................................................ 181

6. O (DESCONHECIDO) ARROLAMENTO COMUM: PECULIARIDADES PROCEDIMENTAIS E SUA APLICAÇÃO ...................................................................................... 185
1. O arrolamento comum como espécie procedimental de inventário judicial................................................................. 185
2. Das mudanças efetuadas no CPC de 2015 em relação à codificação revogada................................................................. 187
3. Arrolamento comum: presunção de simplicidade e seu teto valorativo................................................................. 188
4. Procedimento sumário, concentrado e com fase oral...... 191
5. Inexistência de vedação de participação de incapaz ...... 196
6. Instauração, nomeação do inventariante e citações........ 198
7. Declarações do inventariante e a concentração de atos... 199
8. Convocação das partes para etapa de autocomposição ... 200
9. Declarações do inventariante e o contraditório .......... 201
10. Participação do Ministério Público e o testamenteiro.... 202
11. Impugnação à avaliação e (possíveis) desdobramentos do “incidente” ................................................................. 203
12. Audiência ........................................................................ 205
13. Credores ........................................................................ 209
14. Importação do art. 662: Taxa judiciária e imposto de transmissão........................................................................... 210
15. Quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas................................................................. 211
16. Sobrepartilha pelo “rito” do arrolamento comum ......... 212
17. Arrolamento sumário x arrolamento comum .......... 213
SUMÁRIO

18. Possibilidade de negócio jurídico processual para adoção do procedimento do arrolamento comum ........................................ 215
19. Breves conclusões ........................................................................ 218
20. Referências bibliográficas ............................................................... 218

7. NOMEAÇÃO DO INVENTARIANTE: CRITÉRIOS PARA (INTERPRETAR) E APLICAR O ART. 617 DO CPC ....................................................................................... 223
   1. Introdução .................................................................................. 223
   2. Perfil do inventariante: análise para preenchimento do art. 617 ............................................................................................ 226
   3. O aumento das áreas de conflitos de interesses entre os legitimados à inventariança como decorrência do direito material atual................................................................. 234
   4. A indispensável análise da capacidade do inventariante para o exercício da administração do patrimônio hereditário................................................................. 238
   5. A natureza residual do rol de referência do artigo 617... 242
   6. Rol de referência para a nomeação adjudicada do inventariante .................................................................................. 244
   7. A importância da inventariança dativa no quadro atual. 255
   8. Breve fechamento ...................................................................... 260
   9. Referências .............................................................................. 261

8. ALGUMAS NOTAS SOBRE A SONEGAÇÃO DE BENS COMO HIPÓTESE DE REMOÇÃO DO INVENTARIANTE ................................................................................................................. 265
   1. Noções gerais sobre a sonegação (enquanto sanção civil) e o seu diálogo com os arts. 621-625 (incidente de remoção do inventariante) ................................................................. 265
   2. Comunicação do art. 621 com o art. 636 (“encerrada a descrição dos bens” e “últimas declarações”)........................................ 272
   3. Diálogo com o art. 622, inciso V (remoção do inventariante).................................................................................. 278
4. Da declaração (“protesto”) por arrecadação de outros bens ................................................................. 280
5. Protutor sucessório .............................................................. 281
6. Referências ..................................................................... 282

9. INVENTÁRIO SUCESSÓRIO: DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA DO ESPÓLIO POSTULADA PELO INVENTARIANTE ................................................................. 285

1. Introdução ................................................................. 285
2. O inventário sucessório e seus possíveis desfechos .......... 287
3. A possibilidade de declaração de insolvência do espólio ... 290
4. A declaração de insolvência como incumbência do inventariante ......................................................... 291
5. Os reflexos jurídicos e processuais da declaração de insolvência no inventário ............................................. 295
6. Breves conclusões .......................................................... 298
7. Referências bibliográficas ............................................. 299

10. O BALANÇO DO ESTABELECIMENTO E A APURAÇÃO DE HAVERES NO INVENTÁRIO CAUSA MORTIS: NECESSIDADE DE ADEQUADA INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 620, § 1º, DO CPC ......................................................... 301

1. Introdução ................................................................. 301
2. O falecido como empresário individual ou sócio ............ 302
3. O autor da herança como empresário individual .......... 304
4. O autor da herança como titular de “quota societária” ... 306
4.1. A apuração da expressão econômica das quotas sociais: procedimento e metodologia .................. 310
4.1.1. Apuração interna ou remessa às “vias ordinárias” ................................................................. 321
4.1.2. A fase de transição: interpretação adequada do art. 1.027 do Código Civil ................. 325
5. Considerações finais .......................................................... 327
6. Referências ........................................................................ 329

11. INVENTÁRIO SUCESSÓRIO E LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA: IMPORTAÇÃO DAS TÉCNICAS DE EXPROPRIAÇÃO EXECUTIVA ................................................................. 331
  1. Introdução............................................................................. 331
  2. Pagamento da dívida no bojo do inventário judicial: seus mecanismos e atipicidade de técnicas 332
  3. Adjudicação de bens do espólio .......................................... 344
  4. Alienação por iniciativa particular e por leilão judicial ... 351
  5. Dação em pagamento.............................................................. 354
  6. Referências ........................................................................ 360

12. SOBREPARTILHA NO INVENTÁRIO ............................... 363
  1. Breves noções sobre a sobrepartilha no CPC de 2015 ... 363
  2. Necessidade de sistematização (sobrepartilha prospectiva x sobrepartilha retrospectiva) .................................................. 366
  3. A sobrepartilha prospectiva...................................................... 367
  4. Sobrepurtilha retrospectiva..................................................... 373
  5. Bens com localização remota .................................................... 374
  6. Bens litigiosos....................................................................... 376
  7. Bens de liquidação morosa ou difícil...................................... 378
  8. Bens sonegados..................................................................... 380
  9. Bem descoberto depois da partilha ....................................... 382
 10. Sobrepurtilha prospectiva: manutenção do espólio e designação de inventariante ............................................. 382
 11. Sobrepurtilha extrajudicial....................................................... 386
 12. As balizas e a dinâmica procedimental da sobrepartilha ... 387
 13. Sobrepurtilha extrajudicial em caso de inventário judicial e vice-versa ................................................................. 393
| 14. | “Prescrição” e a sobrepartilha | 394 |
| 15. | Recurso | 395 |
| 16. | Sobrepartilha x retificação (art. 656) e rescisão de partilha (art. 658) | 396 |
| 17. | Sobrepartilha x alvará | 396 |
| 18. | Referências bibliográficas | 397 |